Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JERSON DOMINGOS

DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 12664/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/23906/2016
PROTOCOLO	: 1727784
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA RICA
INTERESSADO (A)	: WALDELI DOS SANTOS ROSA
TIPO DE PROCESSO	: ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 58/2016
RELATOR	: CONS. JERSON DOMINGOS
PROCEDIMENRO LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2016
OBJETO	: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE MONITORIZAÇÃO AMBULATORIAL DE PRESSÃO ARTERIAL (MAPA) ECOCARDIOGRAMA TRANSTORÁCICA, ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER COLORIDO DE VASOS, MONITORAMENTO PELO SISTEMA HOLTER 24HS (3CANAIS), TESTE DE ESFORÇO/ERGOMÉTRICO PARA ATENDER AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
VALOR ESTIMADO	: R$ 76.680,00

Vistos...,

Trata o presente processo do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº. 62/2016 do sistema de registro de preço, que deu origem a Ata de Registro de Preços nº. 58/2016 (peça 16), celebrado entre Prefeitura Municipal de Costa Rica e o INSTITUTO CARDIOLÓGICO DE COSTA RICA LTDA, tendo como objeto a contratação de empresa para realização de exames de monitorização ambulatorial de pressão arterial (mapa) Ecocardiograma Transtorácica, Ultrassonografia Doppler colorido de vasos, monitoramento pelo sistema Holter 24hs (3canais), teste de esforço/ergométrico para atender ao Fundo Municipal de Saúde.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo emitiu a análise ANA 4620/2017 (peça 17), manifestando-se pela Regularidade do procedimento licitatório - Pregão Presencial nº 062/2016 e da formalização da Ata de Registro de Preços nº 058/2016 (1ª fase), em razão da observância aos preceitos legais e normas regimentais. Ressalvando a remessa intempestiva dos documentos para análise desta Corte.

O Ministério Público de Contas em seu parecer nº 13512/2017 (peça 18) concluiu pela regularidade do procedimento licitatório e da formalização Ata de Registro de Preços em destaque, nos termos do art. 120, I, combinado com 122, II, ambos do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de

dezembro de 2013. E sugeriu a aplicação de multa ao ordenador de despesas pela remessa intempestivas dos documentos para análise desta Corte de Contas.

É o relatório.

RAZÕES DA DECISÃO

Compulsando os autos verificamos que o procedimento licitatório e a formalização da Ata de Registro de Preços foram devidamente instruídos e seguem as normas estabelecidas na Lei n. 10.520/2002 e na Lei nº. 8.666/93, bem como estão de acordo com as determinações Resolução TC/MS n. 54/2016.

No entanto, cumpre salientar, que não foi cumprido o prazo de remessa de documentos a está Corte de Contas, tendo em vista que a data da publicação foi em 28/07/2016 e o prazo limite de protocolização era em 18/08/2016, sendo realizada em 26/08/2016, com o prazo superior de 8 dias.

Desta forma não havendo óbice de ordem legal ou regimental, **DECIDO**:

I – Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº. 62/2016 do sistema de registro de preço, que deu origem a Ata de Registro de Preços nº. 58/2016 (peça 16), celebrado entre Prefeitura Municipal de Costa Rica e o INSTITUTO CARDIOLÓGICO DE COSTA RICA LTDA, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº. 160/2012, observado o disposto no art. 120, *caput*, I, "*a*", e II, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº. 76, de 11 de dezembro de 2013;

II – pela **APLICAÇÃO DE MULTA** no valor de 10 (dez) UFERMS ao Senhor Waldeli Dos Santos Rosa, Prefeito Municipal, pela remessa intempestiva de documentos para análise desta Corte de Contas, nos termos do artigo 46 da Lei

Complementar nº 160/2012;

III – Pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50 da Lei Complementar nº. 160, de 02 de janeiro de 2012 e,

IV - Após as providências previstas no art. 70, § 2º, do Regimento Interno, sejam os autos remetidos à 3ª Inspetoria de Controle Externo, nos termos do art. 120, II e III da RNTC/MS n. 76/2013 c/c o parágrafo único do art. 4º da Orientação Técnica Interna nº. 03, de 2010.

É como decido.

Campo Grande/MS, 14 de setembro de 2017.

CONSELHEIRO JERSON DOMINGOS
RELATOR

ACBO